

**COMISSÃO INSTITUÍDA PELA PORTARIA CONJUNTA SEPLAGTD/SEFIN /CGM/AMPASS Nº 55, de 02 DE AGOSTO DE 2021** para a execução dos procedimentos necessários à seleção pública de Entidade Fechada de Previdência Complementar – EFPC que administrará o Regime de Previdência Complementar no âmbito da Administração Direta dos Poderes Executivo e Legislativo do Município de Recife e de suas Autarquias e Fundações.

Ata da reunião da comissão realizada no dia onze (11) de novembro de dois mil e vinte e um (2021), presidida pelo Diretor-Presidente Sr. Manoel Carneiro Soares Cardoso da Autarquia Municipal de Previdência e Assistência à Saúde dos Servidores (AMPASS).

No dia onze (11) de novembro do ano de dois mil e vinte e um (2021), às 15:00 horas, por meio da plataforma Zoom, foi realizada a reunião da comissão por teleconferência sob a coordenação do presidente da AMPASS, Sr. Manoel Carneiro Soares Cardoso. Presentes: o Presidente da Comissão e Secretário de Planejamento, Gestão e Transformação Digital, Felipe Martins Matos; o representante da Autarquia Municipal de Previdência e Assistência à Saúde dos Servidores (AMPASS), Gustavo Lins Dourado; o representante do Conselho Fiscal do Regime Próprio de Previdência Municipal, Petrônio Lira Magalhães; o representante do Conselho Municipal de Previdência do Regime Próprio de Previdência Municipal, Clênio Nogueira de Carvalho; o representante do Conselho Municipal de Previdência do Regime Próprio de Previdência Municipal, Antônio Marcos Medeiros Araújo; a representante da Secretaria de Finanças, Mariana Martins dos Santos Iervolino. O Sr. Manoel Carneiro Soares Cardoso, cumprimentando a todos, declarou abertos os trabalhos da comissão e indicou o Sr. Gustavo Lins Dourado para relatar a reunião em ata, que foi aceito pelo membro. Em seguida, passou a palavra esse membro que agradeceu a participação da entidade, a Fundação Família Previdência – Eletrocee) e fez uma explanação sobre o objetivo da segunda reunião que tem seu objetivo esclarecer dúvidas e indagações que permaneceram após o primeiro encontro na qual a entidade apresentou sua proposta técnica, quais sejam: 1) Disponibilidade da candidata em melhorar a proposta financeira, reduzindo o valor da taxa de administração ofertada; 2) Possibilidade de ofertar seja de largada ou a posteriori um plano exclusivo, sem custos adicionais, consignando tal compromisso em eventual instrumento de contratação; ou se a possibilidade de um plano exclusivo trás custos adicionais; 3) Se possuem projeções que apontem queda na despesa administrativa por participante suportada pela entidade; 4) Caso Recife ingresse em um plano já existente, qual a composição/distribuição atual dos investimentos especificamente nesse plano? 5) Da composição em títulos públicos qual percentual está alocado a mercado e na curva? Poderiam estimar as projeções de vencimentos para os títulos na curva? 6) Qual a precificação hoje do volume de títulos marcados na curva caso marcados a mercado em valores atuais? 7) A segregação do patrimônio dos planos administrados pela entidade, inclusive do plano a ser ofertado a Recife é uma segregação real? Ou apenas nos sistemas internos da Entidade? 8) Qual a composição e percentuais em relação ao patrimônio dos ativos da renda fixa nos últimos 5 anos? 9) Na possibilidade de contratação quanto ficaria o benefício de risco valor em reais para os participantes recém ingressantes? Esse benefício significaria cobertura do total restante da reserva até a data da aposentadoria? 10) Caso Recife ingresse em um plano multipatrocinado, detalhar os outros patrocinadores atuais do plano, indicando a representatividade de


cada um em matéria de participantes/patrimônio (importante para entendermos quais as nossas perspectivas em matéria de governança). O Presidente e representante legal da entidade Família Previdência, Sr. Rodrigo Sisnandes, confirmou o recebimento dos questionamentos e a obtenção de todas as respostas. Ainda em seu discurso, o representante da entidade, iniciou com um foco na colaboração entre as entidades e numa relação saudável entre as partes. Iniciando a resposta das perguntas o Sr. Rodrigo Sisnandes informou que em relação a taxa cobrada de 0,5% de taxa de administração é o que de início está previsto com base no plano de custeio e que a primeiro momento está estabelecido como viável, mas que isso pode diminuir conforme a estrutura do plano for melhorando, e que também cabe observar a entrega da entidade quanto ao serviço prestado e a taxa adotada. Aproveitando a temática e abordagem o representante da AMPASS, Sr. Gustavo Dourado, informou que o objetivo não é fazer guerra de preços, mas que entende que é um item importante na avaliação. Em tempo, com o ingresso do Secretário e Presidente da Comissão Felipe Martins matos, o representante da AMPASS, Gustavo Dourado, fez seu anúncio que a partir de então o mesmo estava acompanhando as discussões. Ato contínuo, o representante do Conselho Fiscal do Regime Próprio de Previdência Municipal, Petrônio Lira Magalhães abordou a questão de um plano direcionado para um perfil de Prefeituras como Recife, o Sr. Rodrigo Sisnandes informou que o plano Família Prefeituras seria um plano guarda-chuva, mas que guarda essa relação questionada pelo representante do conselho fiscal. Ainda sobre o tema, o Sr. Jefferson Patta, integrante da equipe da Família Previdência, indagou que o plano ofertado é novo e que ainda não há participantes efetivos no plano e que muitas questões ainda vão ser resolvidas com o ingresso dos participantes. O Sr. Petrônio Lira indagou sobre a questão do perfil de investimentos adotado nesse plano, o representante da entidade, Rodrigo Sisnandes, informou que por ser início de um plano todos os recursos serão investidos em renda fixa atrelados ao CDI. O representante do Conselho Municipal de Previdência do Regime Próprio de Previdência Municipal, Sr. Clênio Nogueira de Carvalho, trouxe o tema da permissão da migração de servidores já vinculados ao município questionando a visão da entidade sobre a questão. O Presidente, Rodrigo Sisnandes, não tinha acesso a essa informação e informou que via com bons olhos já que ajudaria no processo de aumento mais rápido de participantes, mas que demandaria um estudo específico sobre o tema, alertando também um apoio da AMPASS no sentido de também verificar o impacto dessa movimentação para o RPPS de Recife. O Sr. Clênio Nogueira, informou que o ingresso poderia beneficiar positivamente, já que haveria uma diminuição de taxas. Continuando com a palavra, Sr. Clênio Nogueira, questionou e havia algum município de capital dentre os patrocinadores que já assinaram convênio de adesão com a entidade e a resposta foi negativa. Ato contínuo, o representante do Conselho Municipal de Previdência do Regime Próprio de Previdência Municipal, Antônio Marcos Medeiros Araújo indagou sobre a despesa administrativa por participante que havia sido divulgada no montante de R\$ 1.729,38 se abrangia todos os planos CD e BD. O diretor da Família Previdência informou que à medida que há mais entrantes o valor diminui. O membro da equipe, Lúcio, informou que há indicadores que a entidade persegue e que para a mensuração das despesas existe uma mensuração das despesas para que a viabilidade por meio das taxas e patrimônio possam ser estimadas. O Presidente, Rodrigo Sisnandes, indagou que aproveitando o ensejo sobre custos, abordou a temática da construção de um plano exclusivo, explicou que há a

possibilidade de fazer o plano sem aumento de custos. Ainda nesse sentido, levaria em consideração a possibilidade de migração em um possível plano exclusivo e que isso até poderia reduzir a taxa administrativa, informando que há o limite legal de 1% para a taxa administrativa. Sr. Jefferson Patta, membro da entidade, informou também que há a possibilidade de migração de um plano multipatrocinado para um exclusivo em uma eventual solicitação. O Sr. Rodrigo Sisnandes, ainda informou que a questão da despesa por participante precisa ser bem avaliada, pois há despesas que podem não estar tão claras, pois a estrutura da entidade pode ser dividida com outro órgão ou até terceirizando alguns serviços. O representante da AMPASS, Gustavo Dourado, perguntou sobre a questão da participação da AMPASS na governança, havendo a possibilidade de um plano exclusivo. O Presidente da entidade Família Previdência informou que há particularidades no plano multipatrocinado como o plano de custeio, mas que para ter participação terá que ser respeitada um posicionamento das patrocinadoras por patrimônio e quantidade de participantes. Informou também que no plano exclusivo há um Comitê Gestor do Plano que teria a participação de Recife nas decisões que norteiam o plano em específico. O Sr. Petrônio Lira indagou sobre o acesso aos investimentos e o Presidente da entidade informou que a política é elaborada anualmente e o município poderá influenciar na questão, mas que o plano atual ainda não tem política porque ainda não há participantes ou recursos a investir. Dando encaminhamento as questões, Rodrigo Sisnandes, levantou a questão sobre a marcação dos títulos que é feita para plano CD sempre a mercado para evitar problema com resgates, evidenciando a necessidade de liquidez. Ainda sobre a questão, a representante da Secretaria de Finanças, Mariana Martins dos Santos Iervolino, abordou a composição da rentabilidade e os títulos públicos que a entidade tem, buscando entender como eles impactaram nesse aspecto nos últimos anos. Aproveitando o ensejo, Mariana Iervolino, solicitou o regulamento do plano ofertado pela entidade. O membro da equipe Baggio informou que há o percentual de 46% de títulos em curva a uma taxa aproximada de 6,06% de 2022 a 2055. Explicou que marcação na curva é apenas para plano BD e planos CD com características BD. Informou que são preponderantemente mais antigos. Dando seguimento, Rodrigo Sisnandes, passou para a próxima questão que abordava o benefício de risco e pediu mais detalhes sobre o item, o representante da AMPASS, Gustavo Dourado, explicou a questão e colocou em evidência a necessidade de levantar custos do benefício por participante e, além disso, a obrigatoriedade dessa contratação do benefício ser apenas por meio da entidade Família Previdência, Mariana Iervolino, no mesmo sentido, fez um endosso sobre a importância do custo, propondo uma simulação do benefício de risco nos padrões adotados pela entidade para os participantes. O membro da equipe da Família Previdência informou que existe uma apólice da ICATU e disse que a contratação é opcional ao participante. Um outro membro informou que o valor do benefício é somado ao saldo do participante e ele escolhe por quanto tempo quer receber variando o valor da parcela mensal. Encaminhando mais para o final da reunião foi apresentado via reunião a ferramenta “meu retrato” que permite o acompanhamento das contribuições vertidas. Mariana Iervolino, indagou no final dessa apresentação, sobre como funciona o atendimento on-line e a forma como ele acontece, o representante da AMPASS, Gustavo Dourado, indagou sobre a existência de métricas de atendimento solicitando as da entidade. Daniele, membro da equipe da entidade, falou sobre os diversos tipos de atendimento presenciais e on-line e ações

educativas para conscientizar os participantes. Explicou que atende 30 mil pessoas por ano em todos os canais e que vai compartilhar todos os tempos médios dos canais, apesar de a PREVIC dar 30 dias de atendimento é feito em muito menos prazo. Mencionou também que uma empresa terceirizada faz uma pesquisa de satisfação de todas ações da entidade. Além disso, indagou que o quadro de atendimento é próprio e que a equipe são 20 pessoas, exclusivos para atendimento são 7 pessoas que há pouca rotatividade e tem bastante experiência em previdência. Nada mais havendo a tratar, o presidente Sr. Manoel Carneiro Soares Cardoso deu por encerrada a reunião, e eu, Gustavo Lins Dourado, lavrei a presente ata, que vai assinada por mim e pelos demais presentes.


 ASSINADO DIGITALMENTE POR  
PETRONIO LIRA MAGALHAES  
CPF: \*\*\*.984.834-87 DATA: 22/11/2021 09:42  
LOCAL: RECIFE - PE  
CÓDIGO: a74ac851-e82e-4af9-98c6-6070fb5f9931  
REGULADO PELO DECRETO MUNICIPAL N° 33.682 de 25/05/2020 (RECIFE-PE)

Petrônio Lira Magalhães  
Conselho Fiscal da AMPASS

 ASSINADO DIGITALMENTE POR  
GUSTAVO LINS DOURADO  
CPF: \*\*\*.313.834-06 DATA: 22/11/2021 09:12  
LOCAL: RECIFE - PE  
CÓDIGO: 2594be86-cdd0-4108-9d62-c08e04722149  
REGULADO PELO DECRETO MUNICIPAL N° 33.682 de 25/05/2020 (RECIFE-PE)

Gustavo Lins Dourado  
Representante da AMPASS

Mariana Martins Iervolino  
Secretaria de Finanças

 ASSINADO DIGITALMENTE POR  
MANOEL CARNEIRO SOARES CARDOSO  
CPF: \*\*\*.325.624-20 DATA: 22/11/2021 09:13  
LOCAL: RECIFE - PE  
CÓDIGO: 94e2391a-d168-415a-a21b-59208281e3c2  
REGULADO PELO DECRETO MUNICIPAL N° 33.682 de 25/05/2020 (RECIFE-PE)

Manoel Carneiro Soares Cardoso  
Presidente da AMPASS

Clênio Nogueira Carvalho  
Conselho de Previdência AMPASS  
 ASSINADO DIGITALMENTE POR  
ANTONIO MARCOS MEDEIROS ARAUJO  
CPF: \*\*\*.032.597-34 DATA: 22/11/2021 10:38  
LOCAL: RECIFE - PE  
CÓDIGO: b0c15f49-e590-4ea1-914f-1144c7b0ffed  
REGULADO PELO DECRETO MUNICIPAL N° 33.682 de 25/05/2020 (RECIFE-PE)

Antônio Marcos Medeiros Araújo  
Conselho de Previdência AMPASS

Felipe Martins Matos  
Presidente da Comissão